



BOLETIM SEDIF

INFORMATIVO ELETRÔNICO DA DIRETORIA-GERAL DE COMUNICAÇÃO E DE DIFUSÃO DO CONHECIMENTO
DIVISÃO DE ORGANIZAÇÃO DE ACERVOS DE CONHECIMENTO ■ SERVIÇO DE DIFUSÃO DOS ACERVOS DE CONHECIMENTO

Rio de Janeiro, 06 de novembro de 2014 - Edição nº 163

SUMÁRIO

Edição de Legislação	Julgados Indicados
Notícias TJERJ	Embargos infringentes
Notícias STF	Embargos infringentes e de nulidade
Notícias STJ	Informativo do STF nº 763 (novo)
Notícias CNJ	Informativo do STJ nº 549 (novo)
Avisos do Banco do Conhecimento PJERJ	Ementário de Jurisprudência Cível nº 31 (novo)

Outros Links:



[Atos Oficiais](#)

[Informes de Referências Doutrinárias](#)

[Sumários-Correntes de Direito](#)

[Súmula da Jurisprudência TJERJ](#)

[Revista Jurídica](#)

[Revista Direito em Movimento \(EMERJ\)](#)

EDIÇÃO DE LEGISLAÇÃO*

[Lei Estadual nº 6912, de 30 de outubro de 2014](#) - Altera o art. 4º da Lei 6084, de 22 de novembro de 2011, que institui o Programa de Prevenção e Conscientização do Assédio Moral e violência no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

[Lei Estadual nº 6913, de 30 de outubro de 2014](#) - Torna obrigatório a existência de domicílio ou filial no Estado do Rio de Janeiro as construtoras e incorporadoras que possuam empreendimentos imobiliários no âmbito do Estado.

Fonte: ALERJ

[VOLTAR AO TOPO](#)

NOTÍCIAS TJERJ*

[TJERJ realiza curso de Capacitação da Sustentabilidade na Administração Pública.](#)

[Alunos da Universo visitam o Museu da Justiça](#)

[TJERJ prorroga inscrição para candidatos do curso de juiz leigo](#)

[Presidente do TJERJ recebe homenagem do Tribunal de Contas do Município do Rio](#)

[TJERJ suspende prazos processuais no Fórum de Alcântara](#)

[Prazos do VI JEC dos dias 3 e 4 são suspensos](#)

Fonte: DGC0M

[VOLTAR AO TOPO](#)

NOTÍCIAS STF*

Sem conteúdo aplicável ao PJERJ

NOTÍCIAS STJ*

Sem conteúdo aplicável ao PJERJ

Fonte: Superior Tribunal de Justiça

AVISOS DO BANCO DO CONHECIMENTO DO PJERJ*

[Informativo de Suspensão de Prazos e de Expediente Forense](#)

Importante fonte de consulta sobre as datas em que os prazos processuais foram suspensos em razão de feriados ou por não ter havido expediente forense. A página contempla todas as Comarcas e todos os fóruns do PJERJ. Além disso, pode-se acompanhar todas as informações disponibilizadas desde 2005.

Cumprе ressaltar, todo conteúdo disponível nesta página é meramente informativo, não substitui em hipótese alguma, a publicação do Diário Oficial.

The screenshot shows the PJERJ website interface. At the top left is the logo with the text 'PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO RIO DE JANEIRO'. A navigation menu includes 'Página Inicial', 'Consultas', 'Serviços', 'Institucional', 'Concursos', 'Licitações', and 'Webmail'. A search bar is on the right. The main content area is titled 'Informativo de Suspensão de Prazos e de Expediente Forense' and contains the text: 'Todo conteúdo disponível nesta página é meramente informativo, não substitui em hipótese alguma, a publicação do Diário Oficial.' Below this, there are two sections: 'Geral - 1ª Instância e/ou 2ª Instância' and 'Institucional - Atos Oficiais do PJERJ', each with a list of years from 2005 to 2014.

[Clique aqui e visualize as atualizações da Página – Informativo de Suspensão de Prazos e de Expediente Forense](#)

Sua opinião é fundamental para a melhoria de nossos serviços.

Navegue na página e encaminhe sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br

JURISPRUDÊNCIA*

JULGADOS INDICADOS *

Número do Processo Datas de Julgamento e de Publicação	Relator	Assunto
0052880-13.2013.8.19.0000 , j. 20.10.2014 e p. 27.10.2014	Des. Sidney Hartung Buarque	Lei Municipal nº 4.946, de 03 de julho de 2013, promulgada pela Câmara Municipal de Volta Redonda, que concede isenção de pagamento de taxa para uso de caçambas.
0014803-03.2011.8.19.0000 , j. 12.11.2012 e 15.01.2013	Des. Ademir Paulo Pimentel	Declaração incidental de inconstitucionalidade. Art. 7º da lei nº 5.636/2010, do estado do Rio de Janeiro. "Guerra Fiscal".
0007538-12.2010.8.19.0023 , j. 25.08.2014 e 01.09.2014	Des. Gizelda Leitão Teixeira	Incidente de Declaração de Inconstitucionalidade. Invalidez Lei Complementar nº 33/2003 município de Itaboraí: cobrança do ISSQN sobre serviços notariais e de registro.
0048208-92.2009.8.19.0002 , j. 30.06.2014 e 07.07.2014	Des. Marcus Quaresma Ferraz	Inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 1.732/99 de Niterói.
0001689-32.2011.8.19.0053 , j. 28.07.2014 e 04.08.2014	Des. Maria Augusta Vaz M. de Figueiredo	Arguição de inconstitucionalidade. Resolução da Câmara de Vereadores de São João da Barra. Indicação e nomeação dos chefes de gabinete e assessores parlamentares exclusivamente pelo Presidente da câmara

Fonte: Órgão Especial – OE e Sistema EJURIS

[VOLTAR AO TOPO](#)

EMBARGOS INFRINGENTES*

Conteúdo disponibilizado às terças-feiras

Fonte: TJERJ

[VOLTAR AO TOPO](#)

EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE*

Conteúdo disponibilizado às terças-feiras

Fonte: TJERJ

[VOLTAR AO TOPO](#)

DGCOM - Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

SEDIF - Serviço de Difusão dos Acervos do Conhecimento

Rua Dom Manuel, 29, 2º andar, sala 213 – Centro – Rio de Janeiro (RJ)

Tels.: (21) 3133-2740 e (21) 3133-2742 – e-mail: sedif@tjrj.jus.br